

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
NUCLEO UNIVERSITÁRIO DO BARREIRO  
Curso de Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:  
Um Estudo de Caso da Caixa Econômica Federal - CEF**

Alexandre Viana Guimarães  
Jussara Diara de Freitas  
Luiz Eduardo Rodrigues  
Tereza Rodrigues Weber

Belo Horizonte  
2007

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**NUCLEO UNIVERSITÁRIO DO BARREIRO**  
**Curso de Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:**  
Um estudo de caso da Caixa Econômica Federal - CEF

Trabalho interdisciplinar apresentado como requisito parcial de avaliação das disciplinas do 2.º período do curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Núcleo Barreiro no 1.º semestre de 2007.

Disciplinas:     Administração Geral  
                  Contabilidade Geral II  
                  Estatística  
                  Filosofia II  
                  Metodologia do Trabalho Científico  
                  Teoria da Contabilidade

Prof. Orientadores:     Vânia das Graças R.S.O.  
                              Marcelo Prímola Magalhães  
                              Paulo de Oliveira  
                              Messias Antônio da Silva  
                              Cleuza Lúcia Pimenta  
                              Marcelo Demicheli T. e Silva

**Belo Horizonte**  
**2007**

## **Responsabilidade social nas instituições financeiras: um estudo de caso da Caixa Econômica Federal - CEF**

### **RESUMO**

Esta pesquisa procura diferenciar ética e moral envolvendo o ambiente organizacional com o intuito de definir e demonstrar como as instituições podem ser socialmente responsáveis, enfatizando esta prática nas instituições financeiras.

Assim sendo, há uma abordagem de como surgiram os bancos nacionais bem como a estrutura do sistema financeiro nacional.

Elabora-se a partir daí, o estudo de caso da Caixa Econômica Federal, no qual se faz uma abordagem de sua história, demonstram-se seus principais aspectos administrativos e contábeis (e suas práticas), quais os usuários de seus demonstrativos, como se dá seu processo seletivo, sua estrutura organizacional e, com um maior foco, as ações da Caixa no âmbito social.

Há um estudo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e também a relação existente entre este fundo e o Financiamento Habitacional – comparando os rendimentos do FGTS com os juros aplicados no financiamento.

**Palavras-chave:** Responsabilidade social, estrutura organizacional, Caixa Econômica Federal, FGTS.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 ÉTICA, MORAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA .....	07
2.1 Responsabilidade social nas instituições financeiras.....	08
3 REGISTRO SOBRE O SURGIMENTO DOS BANCOS NACIONAIS.....	10
4 A ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	11
5 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF .....	12
5.1 Aspectos administrativos e contábeis da CEF.....	13
5.1.1 Usuários.....	13
5.1.2 Contratação de funcionários.....	13
5.2 Estrutura Organizacional da Caixa Econômica Federal – CEF .....	14
5.3 Principais práticas contábeis da Caixa Econômica Federal – CEF .....	14
6 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF.....	15
6.1 Inclusão social.....	15
6.2 Apoio ao desenvolvimento urbano.....	15
6.3 Programa de saneamento e infra-estrutura.....	16
6.4 FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	16
7 PANORAMA DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL NA CEF.....	18
8 RENDIMENTOS DO FGTS X JUROS DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL.....	19
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
11 ANEXOS.....	23

## **1 INTRODUÇÃO**

A responsabilidade social tem sido largamente utilizada nas empresas modernas, como mais uma forma de diferencial. Nas Instituições Financeiras não é diferente e é cada vez maior o número destas instituições socialmente responsáveis.

A Caixa Econômica Federal foi escolhida como estudo de caso, por se tratar de um bom exemplo de instituição socialmente responsável. A pesquisa procura demonstrar alguns projetos sociais da Caixa e analisar se este banco público cumpre seu papel social ou apenas distribui recursos financeiros do governo.

A metodologia utilizada para a realização do trabalho foi à pesquisa bibliográfica realizada em livros e na internet.

### **OBJETIVO GERAL**

Analisar a responsabilidade social nas Instituições Financeiras além de demonstrar como tais atividades podem ser relevantes para uma instituição socialmente responsável.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apresentar a responsabilidade social nas instituições financeiras e demonstrar a sua importância.
- Questionar através do estudo de caso da Caixa Econômica Federal se uma instituição financeira pública pode gerar lucro sem esquecer o seu lado social

### **JUSTIFICATIVA**

O presente trabalho aborda a responsabilidade social, dada sua crescente utilização nas empresas modernas. Foi dado maior enfoque às instituições financeiras, devido a sua importância no cenário econômico e ao grande número de funcionários e recursos financeiros a elas envolvidos.

Por sua abrangência nacional e importante papel social, a Caixa Econômica Federal foi escolhida como estudo de caso.

## 2 ÉTICA MORAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Atualmente, as atenções estão voltadas para a questão da responsabilidade das empresas perante seus funcionários, acionistas, clientes, fornecedores e sociedade em geral. Estão em foco princípios éticos e a moral, uma vez que tratam-se de parâmetros necessários para o desenvolvimento de atividades empresariais, em organizações as quais possamos considerar como socialmente responsáveis.

Segundo Queiroz et al. (2006), o fato de levarmos em consideração determinadas responsabilidades que uma organização possa ter com seus interlocutores, obrigatoriamente já envolve a questão ética.

É importante ressaltar que o estabelecimento de determinados padrões éticos e formas de gestão criados pelas organizações, podem não passar de códigos de ética.

Neste contexto, Queiroz et al. (2006) cita que:

Hoje em dia as organizações precisam estar atentas não só a suas responsabilidades econômicas e legais, mas também a suas responsabilidades éticas, morais e sociais.

Sobre responsabilidades éticas e valores morais, Queiroz et al. (2006) descreve que as Responsabilidades Éticas correspondem atividades, comportamentos e políticas esperados ou proibidos pela sociedade. Essas responsabilidades éticas equivalem a valores morais. Já valores morais são o que conhecemos como crenças pessoais ou comportamentos eticamente corretos ou incorretos (do ser humano com ele próprio e com relação aos outros). E ainda que:

A moral pode ser vista como um conjunto de valores e de regras de comportamento que as coletividades adotam por julgarem corretos e desejáveis. Ela abrange as representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, que comportamentos são bem-vindos, qual é a melhor maneira de agir coletivamente, o permitido e o proibido, etc. Enquanto a ética corresponde a uma teoria de ação rigidamente estabelecida, a moral é concebida menos rigidamente, podendo variar de acordo com o país, o grupo social, a organização ou mesmo o indivíduo em questão (QUEIROZ, 2006, p. 3).

Valores morais criados e definidos como padrões éticos para grupos ou organizações, tornam-se sólidos e necessitarão serem seguidos sob pena de transgredirem estes valores morais (já previamente estabelecidos).

Cabe às empresas, medir de forma responsável as suas necessidades de obtenção de lucros, a obrigação de obedecer às leis (na adoção de comportamentos éticos) e participar ativamente de atividades filantrópicas, que objetivam o envolvimento e a admiração da comunidade de que fazem parte.

Por conta desta necessidade de integração com a sociedade, as organizações devem ainda, observar atentamente a forma com que seus produtos e serviços são concebidos e comercializados, a fim de efetuar todas as mudanças necessárias, objetivando sua atualização em relação às questões éticas e as novas tecnologias, para suprir as necessidades de um público mais exigente e atento aos novos padrões de operação (abertos pela globalização).

O mercado globalizado gera nas empresas, a necessidade contínua de uma auto-análise - o que representa um ganho para toda sociedade – uma vez que, esta preocupação com a ética e responsabilidade social faz com que as empresas tornem-se mais produtivas, sem esquecer do respeito para com seu público-alvo.

## **2.1 Responsabilidade social nas instituições financeiras**

A criação e divulgação dos balanços sociais, em geral, foi muito comemorada pela sociedade civil, por ser um importante passo na integração de interesses e compromissos das organizações para com a sociedade e mercado.

No caso das instituições bancárias, Segundo Cortez (2007) em artigo do site [www.cidadania.org.br](http://www.cidadania.org.br):

A maioria dos balanços sociais publicados é discursiva e enganosa, com maior brilho no texto publicitário do que no conteúdo das ações realizadas. Observa-se com a tradução das informações constantes dos balanços sociais, que há todo um discurso enfatizando a assunção da responsabilidade social por parte dos bancos.

Em consulta ao site da FEBRABAN, pode-se observar que o balanço social dos bancos tem sua publicação editada desde o exercício de 1993 e procura destacar aspectos relacionados às atividades desenvolvidas pelas instituições bancárias, enfatizando a importâncias destas instituições para o País, seu alcance social, etc. Nestes balanços, pode-se encontrar algumas informações como: Remuneração do Pessoal; Benefícios Realizados aos Funcionários, e principalmente: Treinamento e Desenvolvimento; Atendimento a Clientes, Área de Atuação Comunitária, entre outros...

Enfatizando a necessidade que muitas instituições bancárias têm em demonstrar investimentos na área social (já que trata-se de uma questão que está ligada à própria sobrevivência destas instituições), Cortez (2007) cita, neste mesmo artigo, que:

Um exemplo de formas eficientes de demonstração dos balanços sociais por qualquer tipo de organização, é divulgar o percentual de mulheres em seus quadros funcionais, tendo como contrapartida o percentual de mulheres que ocupam cargos executivos, o mesmo em relação aos negros, deficientes físicos, ou qualquer política de igualdade de oportunidades.

Quando avalia-se o tipo de metodologia empregada na elaboração/confecção dos balanços sociais, das três instituições bancárias consultadas (através de seus sites), apenas o Banco do Brasil, citou uma fonte externa como referencial, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE<sup>1</sup>. Os aspectos das “Instruções de Preenchimento” do modelo IBASE de balanço social, poderão ser vistos no ANEXO A.

Os outros bancos consultados (Caixa Econômica Federal e Itaú) têm desenvolvido suas próprias metodologias, ambos enfatizando aspectos importantes de suas ações.

Dentre os pontos relevantes (no que diz respeito a aspectos de responsabilidade social) das três instituições citadas acima estão: o fato de que a política de demissões adotada tem a preocupação de respeitar incondicional as pessoas e a legalidade; e o destaque para os financiamentos de pequenas e médias empresas. Observa-se a partir daí, que os bancos fazem duas colocações errôneas quando citam o respeito às pessoas e à legalidade em sua política de demissões - uma vez que trata-se de obrigação mínima de qualquer empresa - e o fato de também ressaltarem a prioridade no financiamento de pequenas e médias empresas - uma vez que estas atividades fazem parte do negócio de qualquer instituição bancária.

Neste trabalho, a Caixa Econômica Federal (CEF), ganha enfoque dentre os cinquenta bancos atuantes no mercado nacional, dada sua posição de segundo maior banco por ativos totais (segundo pesquisa divulgada no site do Banco Central do Brasil BASEN - 2007), sua abrangência a nível Nacional e papel social que exerce.

---

<sup>1</sup> Instituições como o IBASE, apresentam uma série de exigências relacionadas à responsabilidade social. Tais exigências podem ser vistas nas “Instruções de Preenchimento” dos modelos de balanço social.



### **3 REGISTROS SOBRE O SURGIMENTO DOS BANCOS NACIONAIS**

O modelo bancário europeu foi o adotado para o Brasil. As atividades dos bancos eram, basicamente, as operações de depósitos e empréstimos.

No ano de 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, objetivando o controle do mercado monetário. Neste mesmo ano era criado o depósito compulsório<sup>2</sup>, como meio de controlar o volume de créditos e meios de pagamentos.

As Reformas: Bancária de 1964 e do Mercado de Capitais, definiram uma política, na qual os bancos operavam em todas as modalidades de intermediação financeira. Implicando na adoção do modelo americanizado, no qual predominava esta especialização.

Sendo assim, a estrutura atual do sistema financeiro é fruto dessa reforma institucional - que criou o Conselho Monetário Nacional CMN e o Banco Central do Brasil BACEN – e a regulamentação das instituições de intermediação, inclusive das integrantes do Sistema Financeiro de Habitação SFH.

Dentre os fatos mais recentes que marcam o surgimento de novos produtos e serviços bancários, estão o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, as Transferências Eletrônicas Disponíveis – TED – e dos boletos eletrônicos de cobrança que, devido às suas características de compensação em tempo real, surgem como opções mais arrojadas, eficientes e menos arriscadas para gestão de caixa das empresas (Nyama et al. 2006).

Como se vê, a utilização da tecnologia nas instituições bancárias trouxe consigo o desenvolvimento de novos produtos e também a questão de que os bancos deverão estar em processo contínuo de avaliação sobre: sua vocação; posicionamento no mercado; sobre o impacto destas tecnologias em suas escolhas; da forma em trabalharão a distribuição de seus produtos e serviços; dos custos e benefícios, e com isso, também, os riscos que suas ações envolverão.

---

<sup>2</sup> Depósito Compulsório: uma das formas de atuação do Banco Central para garantir o poder de compra da moeda, e, em menor escala, para execução da política monetária.

## 4 A ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - SFN

Segundo Nyama et al. (2006), a estrutura do SFN (inspirada no modelo de especialização de instituições existente nos Estados Unidos da América EUA) tem seu segmento identificado da seguinte forma:

- Crédito de curto e curtíssimo prazos: Bancos Comerciais, Caixa Econômica Federal CEF, Cooperativas de Crédito e Bancos Múltiplos<sup>3</sup> com carteira comercial;
- Crédito de médios e longos prazos: Bancos de Investimento, Bancos de Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal CEF e Bancos Múltiplos com carteira de investimento ou desenvolvimento;
- Crédito ao consumidor: Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (financeiras) e Bancos Múltiplos com carteira de crédito, financiamento e investimento;
- Crédito habitacional: Caixa Econômica Federal CEF, Associações de Poupança e Empréstimo, Companhias Hipotecárias, Sociedades de Crédito Imobiliário e Bancos Múltiplos com carteira de crédito imobiliário;
- Intermediação de títulos e valores mobiliários: Sociedade Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Bancos de Investimentos e Bancos Múltiplos com carteira de investimento;
- Arrendamento mercantil: Sociedades de Arrendamento Mercantil e Bancos Múltiplos com carteira de arrendamento mercantil.

---

<sup>3</sup> A edição da Resolução n.º 1.524, de 21 de setembro de 1988 autorizou a constituição de bancos múltiplos, com a finalidade de se realizarem uma única instituição financeira as operações facultadas a bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito imobiliário, sendo-lhes permitido reunir de duas até quatro das espécies das operações citadas (Nyama et al. 2006, p. 16).

## **5 A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**

Em consulta aos registros históricos - constantes no site da CEF (mar. e abr.2007), a idéia da criação de caixas econômicas no Brasil, surgiu no ano de 1830. As organizações da CEF estabeleceram-se, primeiramente, nos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 12 de janeiro de 1861, Dom Pedro II assinou o decreto 2.723 que aprovava a criação de uma Caixa Econômica, cuja finalidade era conceder empréstimos e estimular o hábito de poupar entre a população. Desde então, a instituição passou a receber pequenas poupanças das classes menos favorecidas, incluindo os escravos que podiam economizar para suas cartas de alforria, pagando juros de 6% ao ano para o governo imperial, como garantia de restituição dos depósitos confiados.

Antes disso, já existiam no Brasil centenas de casas de penhor, conhecidas anteriormente como “Casas de Prego”, uma vez que era costume dos donos desses estabelecimentos, colocarem as jóias empenhadas num prego bem alto, na entrada de suas lojas, à vista dos donos e de todos os possíveis interessados em adquiri-las em leilão, caso os verdadeiros donos não pudessem resgatá-las. Estas casas de penhor tinham como finalidade emprestar, a juros baixos e sob penhor, quantias de dinheiro necessárias para socorrer as necessidades mais urgentes das classes menos favorecidas, que não tinham acesso a estabelecimentos bancários para contrair empréstimos.

Já a incorporação do Banco Nacional de Habitação – BNH em 1986 deu-se a partir da crise do sistema financeiro. Sua política foi introduzida com a finalidade de reduzir o déficit de moradias, agregando novos desafios e experiência à corporação.

Registros da história da criação da Caixa Econômica Federal, também atestam que as operações de empréstimos em consignação, foram inauguradas pela lei 20.250 de 18 de julho de 1931.

E ainda que, o comando das lotéricas foi assumido pela CEF no início da década de 60, assim como as loterias de números e a esportiva.

A CEF também é a centralizadora das operações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Programa de Integração Social - PIS.

## **5.1 Aspectos administrativos e contábeis da Caixa Econômica Federal - CEF**

Segundo, Nyama et al. (2006):

A Caixa Econômica Federal – CEF é uma instituição financeira vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro em Brasília e atuação em todo o território nacional. Entre suas operações, destacam-se a de explorar os serviços das loterias federais, exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, executar o Plano Nacional de Habitação Popular, o Plano Nacional de Saneamento Básico, administrar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e outros cuja gestão lhe seja atribuída.

### **5.1.1 Usuários**

Em consulta aos diversos artigos e registros constantes no site da CEF, observa-se que, dentre os usuários das informações contábeis desta instituição financeira, destacam-se órgãos fiscalizadores como: o Governo, o Banco Central (mais especificamente através do Comitê de Política Monetária do Banco Central -COPOM), a Secretaria da Receita Federal- SRF, além de Investidores, Analistas de Mercado e Associações de Classe, a Federação Brasileira de Bancos- FEBRABAN, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais -APIMEC, os Auditores Contábeis (internos e externos) e profissionais do setor, Fornecedores e Clientes (pessoas físicas e jurídicas).

### **5.1.2 Contratação de funcionários**

A instituição também registra em local específico de seu site, que o ingresso de pessoal ocorre através de aprovação em Processo Seletivo Público. Sendo que, os candidatos aprovados são convocados para os Exames Médicos Admissoriais de acordo com a necessidade de provimento e a ordem de classificação (atendendo aos requisitos pré-definidos de editais da CEF). A instituição salienta no mesmo site também, que a relação dos candidatos aprovados é divulgada no Diário Oficial da União.

## **5.2 Estrutura organizacional da Caixa Econômica Federal - CEF**

Segundo registros contidos no site da Caixa Econômica Federal, são órgãos de Administração desta instituição financeira:

- Conselho de Administração: responsável pela orientação geral dos negócios da Caixa, sendo composto de sete conselheiros nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda e com mandatos de três anos, podendo ser reconduzidos por igual período;
- Conselho Diretor: colegiado composto pelo presidente da Caixa e por nove vice-presidentes, nomeados pelo Presidente da República por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, ouvindo o Conselho de Administração. A este conselho diretor cabe, entre outras atividades, aprovar e apresentar ao conselho de administração as políticas, estratégias corporativas, plano geral de negócios, programas de atuação de longo prazo e decidir sobre a estrutura organizacional da Caixa;
- Vice-Presidência: responsável pela administração de ativos de terceiros;
- Vice-Presidência: responsável pela administração e operacionalização dos fundos, programas e serviços delegados pelo Governo Federal;
- Diretoria Executiva: composta pelo representante da Presidência da Caixa, a quem cabe presidir o colegiado, e pelos nove diretores vinculados a cada um dos vice-presidentes do conselho diretor. Compete à diretoria executiva, entre outras atribuições, executar e fazer executar as deliberações do conselho de administração e as decisões do conselho diretor.

## **5.3 Principais práticas contábeis da Caixa Econômica Federal - CEF**

Conforme especificações do balanço patrimonial da Caixa Econômica Federal, de 31 de dezembro do ano de 2006, divulgado através do jornal Diário Oficial, de 26 de março de 2007, a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são realizadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas com as instruções CVM 205/94 e 206/94 como segue:

- Aplicações financeiras: demonstradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração contratada;
- Apuração de resultado: apurado pelo regime de competência;
- Demais ativos circulantes: demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base pró-rata dia e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado ou de realização;
- Permanente: demonstrado ao valor de integralização e depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida-útil econômica dos bens;
- Passivo circulante: demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos pró-rata dia.

## **6 RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**

Ainda segundo informações do site desta instituição financeira, a Caixa Econômica Federal confeccionou seu primeiro balanço social em 1996<sup>4</sup>. A instituição bancária ainda ressalta em seus registros que, o Programa de Qualidade e o estabelecimento da Missão do banco foram aspectos importantes para se chegar ao seu balanço social, uma vez que a responsabilidade social é o tema de sua missão. Tais registros constam ainda que, a Caixa Econômica prioriza os setores de habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços.

### **6.1 Inclusão social**

Em consulta aos artigos da Assessoria de Imprensa da Caixa Econômica Federal (também disponível no site da instituição), verifica-se aspectos que envolvem a constituição de um programa específico do banco, intitulado “Caixa Melhores Práticas”. O referido programa foi constituído em 1999 e conta com Oficinas Temáticas de Replicação de Melhores Práticas (desenvolvidas pela CEF) as quais ganharam destaque, dada metodologia que objetiva estimular a replicação de melhores práticas de gestão social. Possibilitando intercâmbios e transferência de conhecimentos sobre as experiências bem sucedidas entre representantes de prefeituras, ONGS, meios acadêmicos e outros, inspirando-os na implementação de boas práticas, para a evolução de suas localidades.

### **6.2 Apoio ao desenvolvimento urbano**

Os artigos da Assessoria de Imprensa da CEF também dão destaque a realizações como: Engenharia de análise de projetos, avaliações e acompanhamento de obras.

Salientando a existência de um Acordo de Cooperação para gestão financeira e apoio à aplicação dos recursos do Fundo de Compensação Ambiental, que foi celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

---

<sup>4</sup> A Caixa Econômica Federal utiliza a internet como forma de divulgar seus Balanços Sociais.

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a serem realizados nas Unidades de Conservação Ambiental do país.

### **6.3 Programas de saneamento e infra-estrutura**

Já na área de saneamento e infra-estrutura, os artigos da instituição dão destaque à contratação de operações de crédito com entidades do setor público, decorrente da autorização do Conselho Monetário Nacional, o que alavancou financiamentos a operadores privados, no que se refere à geração de energia, via pequenas centrais hidroelétricas, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

### **6.4 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS**

Quanto aos aspectos gerais e de constituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em consulta ao site da instituição, em abril de 2007, pode-se dizer que:

Foi criado pelo Governo Federal com intuito de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante abertura de uma conta na CEF, vinculada ao contrato de trabalho (em nome dos funcionários), que corresponde um depósito de 8% do salário de cada trabalhador (incluindo horas-extras, 13º salário, etc.).

O FGTS tem vigência desde 1967 e é regido por normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, composto por representantes do Governo, dos Trabalhadores e dos Empregadores. Em 1971 o regime do FGTS que previa juros progressivos de 3% a 6% ao ano<sup>5</sup>, passou a ter um percentual fixo de 3% ao ano como juros de remuneração das contas vinculadas ao FGTS.

Os objetivos do FGTS no âmbito de proteger o trabalhador são: formar um Fundo de Indenizações Trabalhistas; oferecer ao trabalhador a possibilidade de formar um patrimônio em troca da estabilidade no emprego; proporcionar ao trabalhador aumento de sua renda real, pela possibilidade de acesso a casa própria; e formar Fundo de Reforço para o financiamento de programas de Habitação Popular, Saneamento Básico e Infra-Estrutura Urbana.

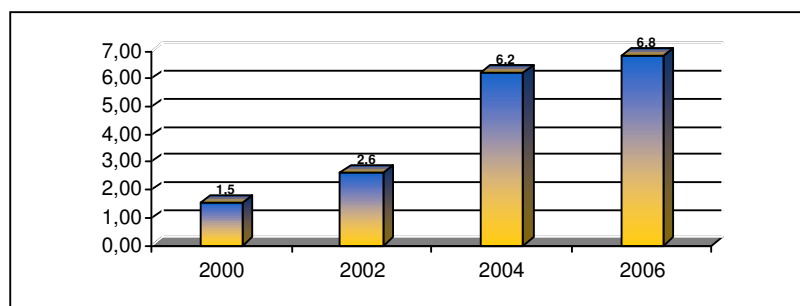
O ativo deste fundo é constituído pelos recursos do próprio FGTS e direitos representados pelos empréstimos destinados a operação nas áreas dos programas de Habitação Popular, Saneamento Básico e Infra-Estrutura Urbana. É possível constatar

---

<sup>5</sup> Juros Progressivos: 3% durante os dois primeiros anos de permanência do trabalhador na mesma empresa; 4% do terceiro ao quinto ano; 5% do sexto ao décimo ano e 6% do décimo ano em diante.

ainda que, a arrecadação líquida do FGTS vem aumentando a cada ano. Tal aumento fica evidenciado, principalmente no exercício de 2006, conforme gráfico a seguir:

### Arrecadação Líquida (em bilhões) do FGTS



Fonte: Adaptado do site da CEF (2007)

O programa de aplicação dos recursos do FGTS destinou, cerca de 60% de sua arrecadação para investimentos em habitação popular, proporcionando a geração de novos postos de trabalho. Outros projetos financiados com recursos do FGTS são: Saneamento Básico e Infra-Estrutura Urbana, conforme dados da tabela abaixo:

### Distribuição dos Recursos do FGTS no ano de 2006

NOME DO INDICADOR	N.º DE EMPREGOS GERADOS		POPULAÇÃO BENEFICIADA	
	QTDE.	%	QTDE.	%
<b>Habitação Popular</b>	<b>405.728</b>	<b>65,10</b>	<b>1.455.924</b>	<b>28,21</b>
Carta de Crédito	402.731	64,62	1.446.930	28,04
Apoio à Produção	2.080	0,33	2.171	0,04
Pró-Moradia	917	0,15	6.823	0,13
<b>Habitação:</b>	<b>21.477</b>	<b>3,45</b>	<b>150.453</b>	<b>2,92</b>
<b>Oper. Especiais</b>				
<b>FAR/PAR</b>	<b>94.256</b>	<b>15,12</b>	<b>701.088</b>	<b>13,58</b>
<b>Saneamento</b>				
<b>Infra-Estrutura</b>	<b>101.802</b>	<b>16,33</b>	<b>2.853.336</b>	<b>55,29</b>
Saneamento p/ Todos –				
Setor Público	91.348	14,66	2.560.420	49,61
Saneamento p/ Todos –				
Setor Privado	-	-	-	-
Pró-Transporte	10.474	1,68	292.916	5,68
<b>TOTAL</b>	<b>623.263</b>	<b>100,0</b>	<b>5.160.801</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal (2007)



## **7 PANORAMA DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL NA CEF**

A Caixa Econômica divulgou também divulgou através de seu site que, ao final do 3º trimestre de 2006, foram contratados R\$ 10,9 bilhões em financiamento habitacional – 6% acima do orçamento estipulado para todo o ano de 2006.

A instituição divulga ainda que, como forma de incentivar a utilização de recursos do FGTS por trabalhadores que pretendem pleitear financiamentos para imóveis junto à CEF, trabalhadores com rendimento mensal de até R\$ 1.875,00 possuem o direito a descontos/subsídios nos seus financiamentos, desde que concedidos com a utilização destes recursos (FGTS). Estes descontos, segundo a CEF, representam o pagamento de custo financeiro da operação de crédito, ou seja, o custo bancário do financiamento concedido. Sendo assim, por intermédio desse desconto o cidadão poderá obter um financiamento com juros de 6% ao ano, ao invés de 8% ao ano (que são os juros normais estabelecidos pela instituição, para este tipo de operação).

## 8 RENDIMENTOS DO FGTS X JUROS DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL

Como forma de pesquisa própria. Tomando por base a incidência de juros (no que se refere ao financiamento habitacional) e o rendimento das contas do FGTS, não esquecendo-se o fato de que mais de 60% dos investimentos destinados ao setor habitacional partem das contas do FGTS (conforme item 6.4). Foi elaborada uma tabela, a qual traz o estudo de caso de uma situação, onde é possível comparar o comportamento de um capital na ordem de R\$ 50.000,00, num determinado período de tempo, nestas duas situações: a juros FGTS 3% <sup>aa</sup> e a juros de financiamento habitacional 6% <sup>aa</sup> (já considerados os subsídios anteriormente citados):

Na primeira situação o capital supracitado (de uma conta do FGTS) permanece aplicado pelo período de dez anos a 3% de rendimento ao ano;

No segundo caso este mesmo capital (considerando-se o rendimento nominal que obteve ao final do período em que permaneceu aplicado no FGTS) é utilizado para financiar um imóvel junto à CEF, com juros de 6% ao ano;

**Tabela Comparativa: Rendimento FGTS e Juros Financiamento Habitacional**

<b>FGTS</b> <b>Juros de 3% a.a</b>	<b>Capital</b> <b>( R\$ )</b>	<b>Financiamento Habitacional</b> <b>Juros de 6% a.a</b>	<b>Capital</b> <b>( R\$ )</b>
Ano 1	51.500,00	Ano 1	58.241,58
Ano 2	53.045,00	Ano 2	49.287,34
Ano 3	54.636,35	Ano 3	40.333,10
Ano 4	56.275,44	Ano 4	31.378,86
Ano 5	57.963,70	Ano 5	22.424,62
Ano 6	59.702,61	Ano 6	13.470,38
Ano 7	61.493,69	Ano 7	4.516,14
Ano 8	63.338,50	Ano 8	( 4.438,10 )
Ano 9	65.238,66	Ano 9	(13.392,34)
Ano 10	67.195,82	Ano 10	(22.346,58)
<b>Total Rendimentos</b>	<b>17.195,82</b>	<b>Total a Pagar</b>	<b>89.542,40</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

O estudo demonstra que o trabalhador em questão, ao financiar um imóvel - mesmo utilizando-se do saldo acumulado do FGTS e do subsídio na ordem de 2% sob os juros incidentes para financiamento habitacional - acrescentará ao capital investido a

importância de R\$ 22.346,58 para a quitação da dívida contraída, ao final de dez anos; o que representa um acréscimo de, aproximadamente, 33% sob o capital no período inicial do financiamento.

Sem desconsiderar os investimentos sociais que Caixa Econômica Federal efetua e demonstra em suas prestações de contas (utilizando estes mesmos investimentos também como enfoque publicitário). Fica evidenciado através de análises como a demonstrada na tabela comparativa acima, que esta instituição financeira também gera lucros (inclusive de operações voltadas para o desenvolvimento social) e que situação como esta já pode dar uma idéia de como a CEF trabalha a rentabilidade dos negócios deste e de outros setores.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A responsabilidade social é um método que as instituições financeiras utilizam como forma de integração com a comunidade da qual se está inserida promovendo benefícios e bem estar social a todos envolvidos

Apesar de ainda ser utilizada como forma de marketing, a responsabilidade social é hoje utilizada como forma de diferencial importante em um mercado cada vez mais competitivo. Através da responsabilidade social, uma empresa tende a se tornar mais ética e a respeitar os valores morais individuais e coletivos.

As instituições financeiras através dos balanços sociais procuram demonstrar a todos seus usuários a viabilidade da aplicação dos recursos no âmbito social.

A Caixa Econômica Federal como banco público, centralizador de programas sociais, tem a obrigação de promover, por iniciativa própria, projetos de integração social. Mas isso tem sido feito? Ou apenas controlar os recursos federais? Através da análise dos dados foi possível constatar que não, pois mesmo enfatizando seu lado social, a Caixa Econômica Federal obtém lucro em transações financeiras como empréstimos, cheques especiais e financiamentos. Constatou-se ainda que mesmo nos programas sociais como o de habitação, a caixa visa lucro, como qualquer outra instituição financeira.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informações e documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Babem). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: diversas datas de abr.2007.

BANCO DO BRASIL S.A (BB). Disponível em: <http://www.bb.com.br>. Acesso em: 20.abr.2007.

BANCO ITAÚ S.A. Disponível em: <http://www.itaui.com.br>. Acesso em: 20.abr.2007.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>. Acesso em: diversas datas de mar. a abr.2007.

FUNDAÇÃO PROCON SP. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br>. Acesso em: 20.abr.2007.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <http://ibase.org.br>. Acesso em: diversas datas de abr.2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi, et al. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2006. (p. 3-18).

QUEIROZ, Adele, et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2006. (p. 2-161) Coordenação: Patrícia Almeida Ashely.

RESPONSABILIDADE SOCIAL. Disponível em: [http://responsabilidadesocial.com/article/article\\_view.php?id=275-393](http://responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=275-393). Acesso em: 20.abr.2007.

## 11 ANEXOS

### ANEXO A – Instruções para preenchimento do Balanço Social – Modelo do IBASE

#### Instruções para o preenchimento

Realização	Este Balanço Social (BS) deve apresentar os projetos e as ações sociais e ambientais efetivamente realizados pela empresa Sugestão: este BS deve ser o resultado de amplo processo participativo que envolva a comunidade interna e externa
Publicação	Este BS deve ser apresentado como complemento em outros tipos de demonstrações financeiras e socioambientais; publicado isoladamente em jornais e revistas; amplamente divulgado entre funcionários(as), clientes, fornecedores e a sociedade. Pode ser acompanhado de outros itens e de informações qualitativas (textos e fotos) que a empresa julgue necessários
Selo "Balanço Social Ibase/Betinho"	A empresa que realizar e publicar o seu balanço social, utilizando este modelo mínimo sugerido pelo Ibase, pode receber o direito de utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho nos seus documentos, relatórios, papeleria, produtos, embalagens, site etc. Mais informações e normas: <a href="http://www.balancosocial.org.br">www.balancosocial.org.br</a> <b>RESTRICÇÕES:</b> o Selo Balanço Social Ibase/Betinho NÃO será fornecido às empresas de cigarro, armas de fogo/munições e bebidas alcoólicas. O Ibase não concede, suspende e/ou retira o Selo Balanço Social Ibase/Betinho conforme critérios estabelecidos no site <a href="http://www.balancosocial.org.br">www.balancosocial.org.br</a>
<b>1. Base de cálculo</b>	<b>Itens incluídos</b>
Receita líquida	Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais
Resultado operacional	Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAJR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais
Folha de pagamento bruta	Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).
<b>2. Indicadores sociais internos</b>	
Alimentação	Gastos com restaurantes, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação de empregados(as)
Previdência privada	Planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes
Saúde	Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive de aposentados(as)
Educação	Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação
Cultura	Gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes)
Capacitação e desenvolvimento profissional	Recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as)
Creches ou auxílio-creche	Creche no local ou auxílio-creche a empregados(as)
Participação nos lucros ou resultados	Participações que não caracterizem complemento de salários
Outros benefícios	Seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados
<b>3. Indicadores sociais externos</b>	
Total das contribuições para a sociedade	Somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados Os itens na tabela aparecem como <b>incluir</b> de setores importantes onde a empresa deve investir (como habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Porém podem aparecer aqui somente os investimentos focais que a empresa realiza regularmente
Tributos (excluídos encargos sociais)	Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais
<b>4. Indicadores ambientais</b>	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa
Investimentos em programas/projetos externos	Despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa e para a sociedade em geral
Metas anuais	Resultado médio percentual alcançado pela empresa no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou parâmetros internacionais como o Global Reporting Initiative (GRI)
<b>5. Indicadores do corpo funcional</b>	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme a RAIS)
<b>6. Informações relevantes</b>	
Relação entre a maior e a menor remuneração	Resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor
Número total de acidentes de trabalho	Todos os acidentes de trabalho registrados durante o ano
Normas	Conforme as Convenções 87, 98, 135 e 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os itens da norma Social Accountability 8000 (SA 8000)
Valor adicionado	Mais informações: <a href="http://www.balancosocial.org.br">www.balancosocial.org.br</a>
<b>7. Outras informações</b>	
	Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência. Declarações para as empresas que solicitaram o Selo Balanço Social Ibase/Betinho.

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2007)